

**Público**  
/ Economia  
29-01-2021

Periodicidade: **Diário**  
Classe: **Informação Geral**  
Âmbito: **Nacional**  
Pagina(s): **30**

## Para a CIP, a execução orçamental mostra que o Governo poupou nos apoios

**Victor Ferreira**

**É “paradoxal” que despesa pública tenha ficado aquém do previsto num “momento de extrema vulnerabilidade”, diz a CIP**

A direcção da CIP – Confederação Empresarial de Portugal diz que os dados da execução orçamental mostram que “os apoios podiam ter contribuído mais para limitar os efeitos da crise”.

Falando dos números divulgados ontem pelo executivo, que indicam que o Governo gastou menos do que o previsto com as medidas anticovid, a CIP salienta que “o melhor desempenho” das contas públicas “foi tam-

bém alcançado através da realização de despesa pública abaixo do previsto – e autorizada pela Assembleia da República –, o que, paradoxalmente, acontece num momento de extrema vulnerabilidade e necessidade”.

“O Ministério das Finanças anunciou que o défice orçamental de 2020 ficará abaixo dos 7,3% do produto interno bruto (PIB) previstos pelo Governo. Os melhores resultados traduzem, em parte, a resiliência do mercado de trabalho, apesar do contexto económico sem precedentes em que vivemos há quase um ano. Este esforço na protecção de milhares de empregos resulta do compromisso das empresas com Portugal e com os portugueses”, dizem os representantes dos patrões, num comunicado ontem divulgado.

Os patrões consideram ainda que fica claro que “o esforço das empresas para manter a actividade económica” ajudou a evitar “efeitos destrutivos” da crise económica e frisam que esperam do Governo um empenho semelhante.

“Este não é um momento para reduzir a intervenção do Estado, como a execução da despesa sugere estar a acontecer. (...) Neste sentido, à semelhança do que está a acontecer noutros países europeus, o

Governo não pode hesitar em investir na recuperação económica e no apoio às empresas.”

No cenário actual, aponta a CIP, as empresas de outros países “têm beneficiado de programas nacionais de apoio significativamente mais robustos do que os criados pelo Governo português”. “Esse fosso não pode aumentar mais”, argumenta.

Nesse sentido, defende que deve haver um “maior esforço público” e “apela para a responsabilização de todos”. Propõe ainda “a massificação da testagem rápida”. “Os custos económicos e sociais desta paragem têm de ser evitados de forma inteligente. Não há tempo a perder”, defende ainda a Confederação Empresarial de Portugal, liderada por António Saraiva.



**A CIP, liderada por António Saraiva, defende que deve haver um “maior esforço público” nesta altura**